

# Apresentação

Na atual fase de seu estágio imperialista, o capitalismo faz lembrar aquela que se iniciou com a derrota da primeira grande ofensiva do proletariado em meio à Primavera dos Povos e à subsequente derrota catastrófica bem analisada por Marx, especialmente em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Abriu-se um período de apatia e desorganização no qual uma outra faceta da combatividade se impunha.

Após a crítica ácida, mas necessária, tratava-se de valorizar vitórias que antes poderiam parecer menores, como foi o caso da conquista da lei da jornada de trabalho de 10 horas. Naquela situação, cabia, inclusive, destacar, além dos benefícios materiais para os trabalhadores e trabalhadoras, uma “vitória política”, pois, conforme escrito no *Manifesto de Fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores* (a Primeira Internacional), em 1864, “pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia à economia política da classe operária”. A esta comemoração de uma vitória específica se articulava a tese que abriu os estatutos da AIT, também redigidos por Marx, na qual se afirmava que somente as classes trabalhadoras poderiam conquistar sua própria emancipação.

Como se sabe, a nova onda de lutas culminaria no “assalto ao céu”, a Comuna de Paris (1871), seguida de nova derrota. Mais um refluxo, outra fase de lutas em uma escala geograficamente bem mais ampla, derrota catastrófica diante da intensa adesão à primeira guerra imperialista. E vitória quase inimaginável em 1917, que levou à criação de organizações proletárias em praticamente todo o mundo. Este ciclo de vitórias irrepetíveis e derrotas sempre apresentadas como o fim da História, em um cenário cada vez mais planetarizado, marcou as lutas sociopolíticas no século XX e, muito provavelmente, neste que mal começa e, de fato, começa mal.

Cada uma dessas vitórias “impossíveis” se desenvolveu no terreno de novas configurações de classes que foram decisivas para o processo de constituição dos sujeitos revolucionários concretos. E implicaram extraordinárias combinações de manutenção de independência de classe com a capacidade de construir alianças. Não foram produtos da pura vontade revolucionária, tanto que, de um modo ou de outro, as determinações objetivas terminaram por marcar forte presença.

As atuais derrotas das lutas proletárias e populares não se devem à pretensa onisciência dos dominantes nem a imperativos tecnológicos que, para decepção dos que entoavam loas às maravilhas do toyotismo, não são imunes às

determinações de classes. Estudar os estragos que se apresentam às lutas políticas e mesmo econômico-corporativas é indispensável também para conhecermos parte fundamental (outra é a gigantesca proletarianização) do terreno no qual se desenrolarão as lutas anticapitalistas.

Para quem ler este número de *Lutas Sociais*, ficará evidente que não vendemos ilusões. Examinar escrupulosamente a devastação do trabalho (tema do alentado dossiê) é parte do esforço para análise das novas configurações do capitalismo com vistas à busca de novas formas de combatê-lo.

Fora do dossiê, dois artigos. Maryanne Galvão analisa, neste país pródigo em denúncias de corrupção e elogios ao livre mercado, a simbiose entre alto pessoal do Estado e capitalistas em uma unidade desta República Federativa; e Marcelo Buzetto aborda o papel desempenhado pelas Forças Armadas em relação aos conflitos de classes nesta formação social dependente.

Três resenhas fecham este número. Waldir José Rampinelli analisa um romance no qual o reacionarismo do autor, Mario Vargas Llosa, coabita com a criatividade estética; Danilo Peixoto de Miranda aborda o importante livro de Kiane Follman da Silva sobre a atual direita reacionária no Brasil; enfim, Francisco Pereira de Farias e Octávio Fonseca Del Passo apresentam a nova edição da já clássica obra de Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*.

Que as leituras sejam proveitosas.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida  
Editor